

## “O MODO CAPITALISTA DE PENSAR E SUAS “SOLUÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS” PARA OS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS NO BRASIL: REFLEXÕES INICIAIS” (\*)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (\*)

“Colocar a ciência na base da vida, fazer da ciência a concepção do mundo por excelência, a que liberta os olhos de qualquer ilusão ideológica, que põe o homem em face da realidade tal como ela é, isto significa recair no conceito de que a filosofia da praxis tenha necessidade de sustentáculos filosóficos fora de si mesma. Mas, na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. É possível dizer contudo, que no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar privilegiado, pelo fato de que a sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento...” (Gramsci).

Discutir o tema ora proposto, supõe antes de tudo que estamos tratando de uma realidade historicamente concreta, pois supõe discutir os “desequilíbrios regionais no Brasil ou problemas de classes sociais” também no Brasil. Desse modo estaremos tratando concretamente da formação social brasileira. Nós escolhemos para discussão uma das vertentes do tema proposto: a questão do modo capitalista de pensar, tomando emprestado o feliz conceito colocado à tona por Martins (1978) e as questões teóricas que envolvem as “soluções desenvolvimentistas” para os desequilíbrio regionais no Brasil. (Ver sobre esta questão o trabalho de Goldenstein e Seabra, 1982).

Dessa forma continuamos convictos de que “o modo capitalista de produção, na sua acepção clássica, é também modo capitalista de pensar e deste não se separa.... O modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de idéias, marca tanto

o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de idéias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração das suas bases de sustentação — ideológicas e sociais. O modo capitalista de pensar também está minado, não obstante, pelas contradições do capitalismo, fato que se reflete nas suas ambiguidades e dilemas. É o que leva para o conhecimento de senso comum e para o conhecimento científico as tensões do capitalismo, expressas nas diferenciações ideológicas e de tendências dentro da mesma formação social. É o que leva, enfim, o capitalismo para o pensamento de outras classes, como a pequena burguesia, o proletariado, os proprietários de terra”. Assim, “o modo capitalista de pensar é a mediação necessária na produção e reprodução em crise da alienação que subjuga quem não é capitalista, invertendo o sentido do mundo e dando uma direção conservadora e reacionária à ação que deveria construir a sociedade transformada, desvinculando e contrapondo entre si o saber e a prática. É por esse caminho que o saber deixa de estar vinculado abertamente à classe dominante, parecendo pairar acima das classes...” (Martins, 1978: XI/XII).

Este trabalho compõe-se portanto, de duas partes, que embora distintas poderiam ser fundidas numa só. São elas: a) o tratamento de alguns aspectos

tos da formação social brasileira recente: o desenvolvimento regional desigual e a produção do conhecimento pela Geografia; b) e a teoria da polarização como proposta de “superação” dos desequilíbrios regionais.

Dessa forma procuraremos desvendar o caráter ideológico que está impregnado nas propostas de “superação” dos desequilíbrios regionais, e que impede, a àqueles que estão envolvidos com a produção do saber, particularmente em Geografia, enxergarem os processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista e os caminhos de sua superação.

### 1 — Aspectos da formação social brasileira recente: o desenvolvimento regional desigual e a produção de conhecimento pela Geografia

Com o rompimento do pacto oligárquico, provocando a criação de condições para que a Revolução de 30 se efetivasse, a formação social brasileira, tem fincada nesse período, as raízes do processo deflagrado posteriormente, envolvendo o que Oliveira (1977) chama de “a re-divisão regional do trabalho à escala nacional”. É com o desenvolvimento industrial do Centro Sul, que a economia brasileira começa a demonstrar a nova divisão regional do trabalho, pois o antigo “arquipelago” de economias regionais, como era visto o país, vai rapidamente ser substituído pela “unificação do mercado nacional”.

De certa forma, assiste-se um processo de substituição de economias regionais determinadas sobretudo por suas relações com o exterior, para uma produção de valor que se realiza internamente, impondo por isso seu equivalente geral a todo o conjunto da economia. Para que isso fosse possível, derubam-se as barreiras alfandegárias que existiam entre os estados (imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros estados);

instituiu-se o Imposto de Consumo sobre as mercadorias produzidas no país; abole-se a competência que cada estado possuía para legislar sobre o comércio exterior. Todas essas transformações ocorrem com a Revolução de 30. De certa forma, estava-se diante de “um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica; voltada agora para uma produção do valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado”. (Oliveira, 1977: 65).

No que se refere às relações de produção, o Estado pós 30, cuida também de, através de uma legislação trabalhista, tornar a força de trabalho uma mercadoria específica e completamente desenvolvida com seus preços uniformizados, porém com distintas diferenças regionais, impedindo dessa maneira o possível dualismo que poderia surgir entre os distintos mercados de trabalho. A referência básica contida nessa legislação passou a ser o custo de reprodução da força de trabalho, tendo como ponto de partida o mínimo de subsistência necessário à sua reprodução. Assim as relações capital-trabalho tornam-se também unificadas ao nível nacional.

Assiste-se portanto, a superação de uma estrutura de organização interna da economia brasileira fundada nos “arquipelagos” ou seja; numa estrutura que tinha São Paulo com sua região cafeeira no poder do Estado, desenvolvendo numa política econômica voltada quase que exclusivamente para o café, não custa lembrar, cujo valor se realizava externamente, em contraposição dos interesses econômicos de outras regiões do país onde a produção de valor realizava-se internamente, por uma estrutura unificada do espaço econômico nacional.

“A imbricação Estado-burguesia industrial da “região” Sul, agora não mais uma dentre outras “regiões”, mas o centro capitalista nacional “par excellence”, é mais que evidente

nessa etapa; não se trata de nenhuma conclusão "a posteriori". Tal evidência surgiu não apenas na criação dos mecanismos político-institucionais, que davam as condições para viabilizar a imposição do equivalente geral da economia industrial ao conjunto do país, mas na ação suplementar que, como Estado em sentido restrito imprimia a seus gastos: estradas de rodagem que tornavam fisicamente possível a circulação nacional das mercadorias produzidas no Centro-Sul é, ou foi, ao lado da quebra das "barreiras alfandegárias" entre os Estados, um outro fator que reforçou o poder de competição das mercadorias produzidas no Centro-Sul, vis-a-vis àquelas produzidas nas outras "regiões".

"... No momento, pois, em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu locus na "região" Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das "regiões". Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras "regiões" para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras niter-regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação nacional das mercadorias, produzidas agora no centro de gravidade da expansão do sistema, são em si mesmas tantas outras formas de movimento de concentração; e a exportação de capitais das "regiões" em esatgnação são a forma do movimento de centralização. Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das economias "regionais", mas essa destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema em escala nacional". (Oliveira, 1977a: 65/66).

A nova forma de crescimento do capital impõe dessa forma sua lei, e o que presenciamos, não foi uma estagnação das economias regionais provocada pela diferença de crescimento (capacidade no sentido capitalista, de acumular), entre as diversas regiões, mas sim um aumento das disparidades regionais, produto direto dessa lei que rege a nova forma de crescimento do capital.

"Quanto às relações entre a "região" Centro Sul comandada por São Pualo e o

"Nordeste", tanto açucareiro-têxtil quanto algodoeiro-pecuário, esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no "Nordeste": são fábricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos "Nordestes", que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da "região" em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração de valor; nisto reside a metamorfose da imposição do equivalente geral a todo o conjunto da economia, isto é, na troca de valores iguais ganha o que tem em si maior produtividade do trabalho. Claro está que esse movimento não é puramente econômico, no sentido em que os economistas o empregam; sem o correspondente movimento na estrutura do poder, sem a captura do Estado pela nova coligação de forças que reproduzem o capital de forma agora diferente, a lei do valor não se impõe sozinha.

As disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os "Nordestes" e o Centro-Sul, e assiste-se à destruição ou fechamento de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, a ritmos de acumulação diferenciais que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre as dos "Nordestes", em todos os setores. "Nordeste" açucareiro perde posição de forma alarmante, o próprio setor têxtil entra em decadência, o próprio "Nordeste" algodoeiro-pecuário começa a perder terreno para o algodão herbáceo produzido no Centro-Sul. A diferença desse processo, quando comparado aos efeitos que a expansão capitalista do Centro-Sul exerceu sobre outras "Regiões", é ilustrativa: o efeito inicial destruidor sobre os "Nordestes" somente ocorre porque nestes existiam "economias regionais", com circularidades específicas do processo de reprodução. Não se nota o mesmo efeito em relação a uma região como o Centro-Oeste: aqui, a redivisão regional do trabalho comandada pela expansão capitalista do Centro-Sul tomou claramente as formas de "criação" e não de

“destruição”: é a expansão pecuária em direção a Minas e Goiás, a do café e da pecuária em direção a Mota Grosso; é a expansão do café sobre o Paraná. Já no que se refere ao Extremo-Sul por exemplo, tendo o Estado do Rio Grande do Sul como locus de uma certa circularidade específica da produção de valor, os efeitos da “integração nacional” são muito semelhantes ao que se passou em relação ao Nordeste, defasado talvez de uma década: a recente grita contra a “desgauchização” da economia sulina não é outra coisa senão um sinal da homogeneização do espaço econômico nacional, a dissolução da circularidade específica do modo de crescer da economia gaúcha” (Oliveira, 1977a, 66/67).

Assim, o novo custo de reprodução da força de trabalho no Centro-Sul funciona como um equivalente geral que determina, agora, os limites e as possibilidades de expansão das outras regiões, adquirindo dessa forma, o caráter de integração. Integração essa que se constitui em “um momento do processo de “nacionalização” do capital; isto é, enquanto as economias regionais ligaram-se ao Exterior, o capital internacional se realizava “regionalizando-se”; quando uma das “regiões” assume o comando do processo de expansão do capitalismo, voltado agora sobretudo à realização interna do valor, há necessariamente que realizar um processo de “nacionalização” do capital. Este processo de “nacionalização” do capital estava parcialmente cumprido, seja porque a autonomia política dos Estados federados havia sido gradualmente reduzida, característica política mais marcante do pós-30, seja porque, do lado da força-de-trabalho, os movimentos migratórios que se intensificam no pós-guerra havia transformado uma “população para as regiões” em uma “população para a nação”. Restava, para completar a “nacionalização” do capital, submeter o próprio capital das outras “regiões” às leis de reprodução e às suas formas, que passavam a ser predominantes na “região” que assumiu o controle do processo de industrialização. Tal “nacionalização” operou-se por vários modos: ora succionando os excedentes de capital que não podiam “reproduzir-se” nas suas “regiões” originais, o que é fato notório na história na-

cional, ora impondo as mercadorias de produção da ‘região’ que se industrializava sobre as que se produziam nas demais “regiões” e, para completar, penetrando como capital nas outras “regiões”: isto é, penetrando como pressuposto: o simples succionamento dos excedentes de capital e o simples movimento de balança comercial entre as “regiões” eram insuficientes para completar o processo de nacionalização. É tão necessário penetrar como capital propriamente dito, quanto obrigar os capitalistas das “regiões” a serem capturadas a procurar seguir os passos da “região” que busca ser hegemônica, nos pressupostos e no produto: isto é, nas formas do capital-dinheiro e nas taxas de mais valia e de lucro. Frente a impossibilidades que podem expressar-se de vários modos haverá, no limite, destruição dos capitais das “regiões” que estão sendo invadidas pelo processo de “nacionalização”. (OLIVEIRA, 1977a: 67/68).

Visto nesta perspectiva o desenvolvimento regional desigual na formação social brasileira, nada mais representa do que outra etapa de desenvolvimento do modo capitalista de produção. É óbvio que não se ignora aqui, que estas transformações se expressaram e se expressam sob a forma de luta de classes, luta de classes estas de caráter desigual como demonstra Oliveira F., em seu livro “Elegia para uma Re(li)gião”. (1977).

Mas, e a Geografia, ou melhor, os geógrafos como apreenderam e apreendem esse processo todo de desenvolvimento regional desigual que envolveu à nação?

É necessário salientar que, criado no âmago do processo de transformações ocorridas na década de 30, as Faculdades de Filosofia, e consequentemente, os cursos superiores de Geografia, responderam não a uma ideologia própria ao processo de desenvolvimento capitalista em curso, mas a uma ideologia própria de uma oligarquia agrária superada política e concretamente no conjunto da formação social brasileira.

Este ponto de partida, somado à influência dos representantes da “escola francesa de Geografia” que fundaram os cursos superiores, trazendo consigo toda uma herança Vidaliana por todos sabida de orientação nitidamente regional e a-política (Lacoste, 1977:35), é sem dúvida, uma das raízes da própria história do pensamento geográfico brasileiro, particularmente paulista. Essa Geografia produzida em moldes da “região” vidaliana é “entendida como fruto duma sutil e lenta combinação das forças da Natureza e do Passado, apresentada como a expressão duma constância, duma autenticidade é, sem dúvida, para a maior parte das pessoas, um meio de “se encontrar” dentro da confusão de outras organizações espaciais de maior ou menor envergadura. É assim que o sistema vidaliano, nega, a nível teórico, os problemas que a espacialidade diferencial coloca... A “região dos geógrafos”, reproduzida segundo o modelo vidaliano, mantém-nos e mantém-nos sorratamente na incapacidade de apreender os fenômenos econômicos e sociais”, e conclui Lacoste: “À medida que a sua importância foi sendo entendida, a Geografia foi surgindo cada vez mais como saber inútil. Mas tudo se passa como se tivesse sido útil que se impusesse uma maneira inútil de pensar o espaço”. (Lacoste, 1977: 42).

Dessa forma o saber produzido pela Geografia foi sendo consumido principalmente pela estrutura escolar, onde desempenhou e desempenha, papel ímpar no processo de formação da visão da nação e de mundo entre os escolares. Afora, o papel ideológico representado pela escola em si, o saber geográfico ficou na sua grande maioria em sua posição entendida como a-política e sem dúvida alguma, retrograda, e por que não, reacionária, quando reproduz em plena vigência da etapa monopolista do modo capitalista de produção os conceitos da etapa concorrencial deste mesmo modo de produção. É assim que o processo encontrado por Lacoste para explicar o conceito vidaliano de região, transforma-se no próprio método da Geografia como um to duma sutil e lenta combinação das forças da

Natureza e do Passado, apresentada como a expressão duma constância...”, transforma-se na própria essência da ideologia a ser imposta aos escolares, na preocupação consciente ou inconsciente, de formar um conjunto de conceitos cuja única utilidade é tentar castrar a possibilidade de uma formação escolar voltada sequer para o futuro. Foi assim que a Geografia foi sendo construída. As diferenças ou o desenvolvimento regional desigual foram sendo explicada no início e durante certo tempo, até a década de 60, como sendo fruto de diferenças naturais, sem que os geógrafos estivessem sendo deterministas. Cabe lembrar aqui, que o país era dividido em regiões naturais pelos geógrafos.

O aguçamento dos conflitos de classe da década de 60 deixou marcas importantes na produção do saber geográfico. O saber transmitido pela escola francesa clássica não atendia mais as expectativas de parte dos geógrafos envolvidos nos cursos superiores de Geografia. E, a natural superação vem novamente da própria escola francesa que frente as contradições oriundas da 2ª. Guerra Mundial e do processo de descolonização tinha colocado para os geógrafos franceses numa nova realidade. A Geografia contemplativa vinha sendo substituída pela Geografia ativa. Essa Geografia ativa que tem Pierre George um de seus expoentes máximo, propõe que:

“A geografia regional pode e deve vir a ser perspectiva. Partindo da noção dinâmica de situação, que consiste em definir uma região como um conjunto de ações de intensidade variáveis suscetíveis de contribuir para muitas formas de equilíbrio, é fácil definir a função, aqui absolutamente decisiva e insubstituível, do geógrafo. Está o homem da ciência melhor colocado para diagnosticar, em cada momento de uma evolução complexa, o papel de cada fator, a finalidade e a intensidade de cada ação, e para indicar os remédios, isto é, os meios de intervir para obrigar a levantar um freio, deslocar ou abater um obstáculo, liberar um processo evolutivo, bloquear um processo destrutivo.

Fica evidente que, se tem a responsabilidade de diagnóstico, se divide a da posologia com os representantes das ciências econômicas e sociais, não lhe cabe tomar as decisões e aplicar os remédios, e isto ainda mais que, o mais frequentemente, uma situação atual apresentada diversas virtualidades de evolução, segundo se influa diferentemente sobre seus mecanismos. Uma escolha se impõe em face de cada situação. Esta escolha comporta a concessão de certas vantagens, o sacrifício de certos privilégios. É pois, política. Aí se situa a linha de demarcação entre a geografia ativa e perspectiva e a ação administrativa. Mas uma seria sem fundamento válido sem a outra”. (George, 1966: 37).

E é também, no contexto de uma Geografia Ativa da região, que Bernard Kayser propõe o conceito de região como sendo:

“... sobre a terra um espaço preciso, mas não imutável, inscrito em um quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global”.

“Ela é o resultado de uma associação de fatores ativos e passivos de intensidades variáveis, cuja dinâmica própria está na origem dos equilíbrios internos e da projeção espacial”.

“... O único espaço admissível, em termos de uma definição da região, é portanto o espaço polarizado: A região é um espaço polarizado...”.

“... Para os geógrafos, o polo, ou o centro, é antes de mais nada um organismo concreto: uma cidade. O espaço polarizado é a região”. (KAYSER, 1966:284/5).

Argumentando também sobre a polarização Kayser afirma:

“Se a região vive por seu centro o processo liberal de sua formação consiste na polarização progressiva de suas atividades em torno desse centro e nesse próprio centro. Logo, a região será tanto mais bem formada e mais madura quanto maior for a importância relativa do centro e sobretudo quanto maior for a influência que o centro exercer sobre todo o território considerado. Isto não significa que a centralização seja necessária ao desenvolvimento regional, e, como tal, desejável; mas essa é a tendência espontânea. É aperfeiçoando o equipamento de relações, e chamando-o a si para melhor dirigir todo o conjunto territorial, que o centro “realiza” completamente sua região.

Este fenômeno de polarização regional, que sempre implica uma cidade grande — a metrópole — não deve ser confundido com as modalidades polares do crescimento econômico. A metrópole regional é sempre, na situação do mundo contemporâneo, um “polo de crescimento”; mas nem todos os polos de crescimento tem a vocação regional. A distinção é essencial, porque embora cada polo disponha de uma certa zona de influência, nem por isso ele será obrigatoriamente o centro de um espaço estruturado”. (KAYSER, 1966:288)

Assim, como capítulo conclusivo da obra “Geografia Ativa” George e Kayser, falando sobre a necessidade da intervenção do Estado, afirmam:

“A intervenção acentuada do Estado nos assuntos econômicos e sociais da nação obriga-o, na nossa época, a assumir responsabilidades crescentes na localização das atividades produtivas. Em consequência, a escolha das localizações, ao nível da firma, não se coloca mais sob a égide do liberalismo integral, enquanto que, de outro lado, o regionalismo estreito dos grupos de pressão locais está ultrapassado. Os “custos” não podem mais ser julgados pelos empresários sem levar em conta as necessidades, caras, da coletividade.

“Se o custo de um produto ficasse inteiramente a cargo da empresa produtora, seria suficiente, para

que as localizações fossem racionais, que as empresas fizessem uma comparação sistemática de seus custos eventuais nas diversas localidades onde sua presença é possível, já que elas se localizariam onde os preços de custo lhes parecessem ser os mais baixos. No caso, frequente, em que seria vantajoso para várias empresas situar-se no mesmo local, o preço do terreno nesse local seria determinado pelas diversas ofertas feitas pelas empresas, de modo que finalmente seria a empresa capaz de tirar desse local a maior vantagem que aí se instalaria, porque só ela poderia pagar a instalação pelo mais alto preço. Desta forma seria concretizada uma geografia econômica ótima, sob a única condição de que os chefes de empresas fizessem exatamente o que lhes cabe fazer, que é procurar os menores custos.

Se, por outro lado, fosse perfeita a mobilidade da mão-de-obra, não haveria motivos para se temer disparidades geográficas duradouras de rendas. Altos salários ou altos lucros obtidos em um lugar atrairiam trabalhadores para esse lugar, a reduziram efetivamente a mão-de-obra disponível em outros lugares. Estas modificações na oferta de trabalho igualizariam seu preço.

Nestas hipóteses, o simples jogo dos interesses particulares, desde que fossem esclarecidos, seria suficiente para repartir da melhor forma as empresas no espaço, para atingir o mais alto nível de vida permitido pelo estado das técnicas. Os poderes públicos que quizessem promover uma boa organização do território, teriam apenas que educar os chefes de empresas, para torná-los aptos a calcular bem e informar os trabalhadores, para suprimir os obstáculos psicológicos que entravam suas migrações.

Na realidade, a comparação das despesas que estão eventualmente a cargo de uma empresa para uma mesma produção em diversas locais, ainda que essa comparação seja um elemento de importância maior para determinar boas localizações, não poderia ser suficiente. Para ser conforme ao interesse geral, estas localizações deveriam levar em conta todos os

encargos, diretos e indiretos, atuais e do futuro, individuais e coletivos, que elas acarretariam, bem como as vantagens não mesuráveis que elas trazem consigo para os trabalhadores e suas famílias” (J. M. JEANNENEY in George, Kayser, 1966:325)

Mas a “desintegração nacional”, marcada pelo aparecimento entre as regiões de disparidades que revelam uma insuficiência notória de valorização, é precisamente um dos elementos ocultos do aumento dos custos de localização. Com efeito, pode-se considerar que uma região deprimida custa à coletividade mais do que ela lhe rende; ela não participa suficientemente do crescimento necessário do produto nacional, e, por outro lado, utiliza um equipamento cada vez melhor pago pela nação; além disso ela recebe frequentemente, subvenções. Por outro lado, a hiperconcentração apresenta aspectos financeiros negativos; nas aglomerações gigantes, existe um teto além do qual o custo dos serviços públicos aumenta mais do que proporcionalmente ao crescimento da população. Não se pode omitir, por fim, que a rigidez material de certas estruturas é também um fator de custo, e raciocinar a partir de uma “tábua rasa”. O que existe, amortizado ou não — no plano do equipamento e do habitat, em particular —, deve ser contabilizado. A planificação regional não pode ser concebida a partir de um modelo ideal, mas sim com base na situação concreta.

A realização de progresso sobre o conjunto do território nacional é portanto, sem nenhuma dúvida vantajosa para a coletividade”. (GEORGE e KAYSER, 1966: 325/6)

A compreensão mais profunda do papel desta obra na produção do saber regional no Brasil deve ser melhor aprofundado o que não é objeto deste trabalho, mas fundamentalmente necessário. Mesmo assim pode-se dizer que está aí a semente que germinaria no final da década de 60, quando geógrafos são guindados a postos de governo para trabalharem no planejamento; quando a elaboração de trabalhos interessando à polarização são levados a

cabo por estes geógrafos. Talvez o mais importante deles seja o de Manuel Correia de Andrade, “Espaço, Polarização e Desenvolvimento (a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina) cuja primeira edição é datada de 1967, e que se impõe como uma espécie de marco na produção do saber geográfico onde a teoria da polarização de François Perroux, que na França, já estava definitivamente incorporada à geografia ativa a-criticamente, é agora também incorporada à produção do saber geográfico regional no Brasil. Manuel Correia de Andrade, justiça se faça, é talvez um dos mais brilhantes geógrafos regionais que o Brasil conheceu até hoje. Mas, nem ele escapou imune ao vírus da polarização, que contaminou os órgãos de planejamento deste país. Nós já discutimos essa incorporação feita por Correia de Andrade em outros trabalhos nosso. (OLIVEIRA, 1978).

É essa Geografia emparceirada com o poder que George, chama de a Geografia com ciência política, que no caso específico brasileiro não havia conseguido até então, dar respostas ao desenvolvimento do modo capitalista de produção na sua etapa monopolista, mas que procura agora, através da busca da melhor localização dos investimentos, um papel útil ao processo de monopolização do processo produtivo, conseqüentemente, a questão de localização passou ser central na própria produção do saber geográfico.

É esse saber geográfico que incorporou a-criticamente a teoria de polarização de Perroux que se encontrou diretamente com a ideologia capitalista, ou melhor, é a partir desse momento, que o modo capitalista de pensar dominante traveste o saber geográfico invertendo a realidade, mais do que a visão contemplativa anterior já o fazia. É assim que os geógrafos são incentivados e conscientizados no sentido de que seu saber é a resposta às disparidades regionais cada vez mais marcantes na formação social brasileira. É evidente que estas disparidades eram fruto da própria lógica do desenvolvimento desigual da expansão capitalista. Esse processo levou os geógrafos a um processo de pensar sua disciplina num qua-

dro teórico comprometido aprioristicamente com ideologia capitalista, a ideologia das classes dominantes, aquela que interessava à eficácia de reprodução em escala ampliada do capital. Para sermos mais enfáticos, os geógrafos passaram a fazer algo parecido com uma Geografia do capital, aliás como sempre fizeram desde que deram estatuto científico à geografia.

Assim o saber geográfico tem procurado ser eficaz ao capital e dessa forma participado do processo de unificação do espaço econômico capitalista nacional e internacional, fornecendo principalmente inúmeras justificativas para a unificação das relações capital-trabalho a nível nacional e internacional, sob a roupagem de estar estudando os desequilíbrios regionais, sob a égide da teoria da polarização, e isto tem que ser denunciado, e para tal devemos submeter esta teoria ao crivo da crítica.

## 2 — A teoria da polarização como proposta de “superação dos desequilíbrios regionais”

Durante os anos sessenta os problemas regionais ganharam destaque no conjunto dos temas tratado pela Geografia em particular, e pelas ciências sociais em geral. Nesse processo, o conceito de *polos de desenvolvimento* ganhou uma posição de destaque que, culminou com sua colocação na posição central nas análises das estratégias de desenvolvimento regional, nacional e supra-nacional, chegando mesmo, a ser utilizado inclusive como categoria para a análise histórica das várias formações sociais latino americanas. Um exemplo disto é o capítulo VI “As Possibilidades de aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento ao espaço brasileiro”, “Os polos brasileiros no espaço e no tempo”, do livro de MANUEL CORREIA DE ANDRADE. “Espaço, polarização e desenvolvimento” datado de 1970, 2ª edição, sendo que a 1ª edição foi publicada em 1967.

CORAGGIO tratando da questão da difusão do conceito de polo lembra que “uma característica do



notável processo de difusão da noção de polo é que se estendeu ao longo da estrutura de decisão, desde os técnicos especializados até os funcionários locais da estrutura administrativa, desde os estrategistas militares até os grupos sindicais, e inclusive tem sido bandeira de mobilização de comunidade inteiras. E neste estado atual das coisas, o termo polo de desenvolvimento parece ter perdido como categoria generalizada de análise e política, dada a profusão de sentidos que é usado". (Coraggio, 1972:25)

Embora a difusão do conceito tenha sido rápida ela contrasta com a prática real da estratégia proposta, ou seja, na maioria das vezes procurou-se denominar de polo uma cidade mesmo que ela não pudesse sê-lo, no sentido do conceito. E mesmo quando investiu-se efetivamente, no novo processo de polarização onde este não surgia "naturalmente", as práticas fracassaram ou deram lugar a efeitos indutores relativamente pouco importantes se tomarmos em consideração os não menos elevados custos de sua implantação.

Dessa forma é fundamental um posicionamento crítico ante a teoria da polarização, procurando discutir desde suas origens, o seu significado e investigar o processo pelo qual chegou-se ao estado de coisas atual. Assim estas colocações inserem-se no contexto das colocações de Coraggio: "A análise das idéias, dos conceitos, predominantes numa sociedade, e sua utilização pelas distintas classes ou frações de classes sociais, podem arremessar luz sobre as estruturas essenciais da mesma sociedade. Neste sentido o objeto geral deste trabalho parcial é a ideologia". (Coraggio, 1972:25)

E, a produção de ideologias necessárias aos mecanismos gerais de reprodução do capital, é o que não faltou na década de 60:

"As diversas contribuições prestadas às localizações de empresas, sob forma de zonas industriais, de infra-estruturas públicas, de subvenções e de isenções de impostos, despertaram a atenção do mundo

dos negócios para a realidade dos problemas regionais. A regionalização do orçamento para equipamento e a publicidade feita em torno dos problemas de organização do território, sensibilizaram a opinião pública. A proliferação das conferências internacionais de economia regional demonstrou que o estudo do espaço econômico deixou de constituir o emaranhado luxuriante em que, até bem pouco tempo atrás, se transviavam as mentes mais esclarecidas e onde se defrontavam os pontos de vista diversos do geógrafos, economistas, sociólogos, matemáticos e homens de negócios. De modo especial na Conferência Européia de Bellagio, presidida por Walter Isard, no Survey, de John Meyer, nos Readings de Alonso e Friedman, ficou estabelecido que a noção de região podia, seguindo o caminho aberto por François Perroux ser analisada em termos de região homogênea, de região polarizada e de região-piloto. Para a ação, com efeito, é importante que se definam e se distingam três noções regionais essenciais. A partir daí, surge o método que lhes é peculiar e os instrumentos que lhes são adequados". (BOUDEVILLE, 1973: 11/12).

Assim, o que se assiste, como lembra Coraggio, é a tentativa de se escamotear a análise dos componentes essenciais da proposta, que são as condições reais de funcionamento de um conjunto de regiões sob o marco do capitalismo dependente. Sendo que as questões que se colocam são de duas ordens: a primeira, é se não se estará tentando aplicar aos países dominados uma teoria proposta a partir de outras realidades, mais especificamente, dos países dominantes? E a segunda questão, é saber se esta estratégia dos polos de desenvolvimento não será uma cortina ideológica para ocultar o verdadeiro processo de crescente integração dos espaços latino americanos ao sistema dominante?

Ao assumir esta posição é fundamental criticar a outra posição, normalmente seguida pelos geógrafos e outros técnicos ligados ao planejamento, a pretensa neutralidade. "Em lugar de extrair os conceitos "técnicos" para rearmar uma teoria "pura"

da polarização, vamos enfatizar componentes específicos e interrelacionados do contexto total (teoria e realidade), para descobrir a ideologia que está impregnada nesta teoria". (Coraggio, 1972:26). Ou seja, Coraggio, coloca em questão a pretensa posição de neutralidade que envolve os conceitos "técnicos", de uma ciência neutra, que gera "técnicos" neutros, uma posição que muitos geógrafos tem abraçado enquanto técnicos do planejamento, onde sua função é dar receitas para que os políticos de um Estado autoritário decidam.

Ao abraçarmos uma posição crítica temos que ter como ponto de partida o contexto histórico concreto em que surge, se desenvolve esta teoria, ou seja, é necessário conhecer as bases reais sobre as quais se assentam a proposta de Perroux. Como se sabe estas bases reais se encontram na França, no pós 2ª Guerra Mundial, caracterizado ao nível internacional pela emergência americana no bloco capitalista e principalmente, pela situação em que a própria França se encontrava, pois havia sido palco de conflito bélico. A situação francesa do pós-guerra foi fundamentalmente o processo de reorganização do país, principalmente se lembrarmos que como sub-produto da guerra começaram os movimentos pró-autonomia política das colônias — era o início do processo irreversível da descolonização. É aqui, que se situa o comprometimento e o compromisso de Perroux com o capitalismo e seus problemas. Comprometimento este que fica evidenciado não só pela leitura de seus trabalhos mas também, por sua posição como assessor do General De Gaulle.

Portanto a teoria da polarização aparece aqui como um corpo ideológico cuja base real material histórico está dada quer na sua dimensão espacial quer na dimensão temporal.

Assim o marco geral fornecido pelos trabalhos de Perroux, é "*a idéia da dominação como uma realidade inelidível*". Ou como prefere Coraggio: "Em todo sistema econômico existe uma estrutura de relações entre seus elementos (empresa, grupos,

nações, etc) caracterizada por dois componentes: assimetria e irreversibilidade, que constituem o chamado *efeito de dominação*"; (Coraggio, 1972:31). Ou ainda, como afirma Perroux, fazendo a apologia da dominação como um processo não nocivo: "A empresa dominante, a economia nacional dominante, foram e continuarão sendo os artifices essenciais do progresso econômico que se manifesta na e pela desigualdade, e por outra parte, a dominação não está inevitavelmente acompanhada da exploração". (PERROUX, 1948 e 1958).

Tudo isso decorre do fato de que a posição dominante de um sistema permite impor condições para a apropriação de excedentes que são por sua vez utilizados para reforçar ainda mais a posição dominante. Dessa forma empresas, nações e suas correspondentes estruturas de dominação estão intimamente relacionadas: "a força contratual do Estado, dos grupos e das empresas que contém, à dimensão do Estado, das empresas e dos grupos, a proporção das atividades estratégicas no conjunto, em vez de se contrariarem e de se neutralizarem, atuam no mesmo sentido de engendrar uma influência assimétrica e irreversível sobre outras economias nacionais". (PERROUX, 1948).

Porém, como sabemos, cabe ante a essa situação aceita por Perroux a seguinte pergunta: como se exerce o poder de dominação ou seja, como surge e se perpetua a relação dominante-dominado? A resposta o próprio Perroux incumbe-se de deixar em seus escritos: "nosso campo é o exame em termos internacionais ou não, do objeto de dominação de uma economia nacional que atua principalmente *por meios compatíveis com a economia de mercado*". (Coraggio 1972:32). E, o conteúdo ideológico da dominação tem sua explicação nos supostos e pressupostos de Perroux que procura com sua teoria dar conta da relação dominante-dominado como um processo irreversível situada no contexto histórico que leva em consideração a posição e o papel dos Estados no mundo em reconstrução. Entretanto descarta em seguida a discussão de sua teoria

sob o marco do imperialismo, pois sua meta é o manto protetor do cientificismo e portanto da neutralidade: *“sua interpretação (de Perroux) se situa fora do marco de uma teoria do Imperialismo cujo vocabulário emocional não é propício nem a aquisição do conhecimento nem ao progresso das relações pacíficas entre nações, e que a análise deste efeito de dominação oferece um terreno de neutralidade científica que todas as partes interessadas podem aceitar”*. (PERROUX, 1948)

Decorre daí, que Perroux passa a estabelecer uma relação entre o conceito de dominação e o conceito de totalidades, ou seja, o todo passa a ser produto da articulação dominante-dominado, e esta relação norteia todos seus trabalhos.

Além dessas colocações acerca da teoria da polarização de Perroux, é necessário lembrar também, o sentido apologético e oportunista de seu esquema que é utilizado para exaltar os Estados Unidos, como aparece na primeira edição de *“O capitalismo”* em 1948 (em 1958 a edição é aumentada e revista). Diz Perroux que *“Os EUA defendem, ao mesmo tempo, os interesses de seu povo e a lógica de um sistema... ao provar... a viabilidade da economia de mercado e ao sustentar o desenvolvimento da economia mundial mediante um intervencionismo que não permanece liberal além de seus fins últimos, e pela seleção de seus procedimentos”*. (PERROUX, 1958). Já em 1968 Perroux procura desculpar-se também oportunisticamente pela não crítica aos procedimentos nitidamente protecionista e descricionário que o EUA tem para com países da América Latina: *“As discriminações subreptícias que aparecem na América Latina em favor dos EUA. As inversões exteriores dos EUA, suas exportações de bens, de capitais e de técnicos tem provocado “desvios” de tráfico que não desejamos criticar, cuja racionalidade é necessário provar, se é que estão submetidas a formas não clássicas de concorrência”*; *“uma autonomia relativa da Europa dos Seis é a condição de base de cooperação tendente a favorecer a autonomia relativa das nações da América*

Latina. Se a Europa dos Seis estiver privada de vontade política própria e de meios para colocá-la em marcha, não será senão um intermediário a mais, um pantalha (quebra-luz) a mais: as forças econômicas e financeiras preponderantes dominariam não só sobre o território europeu, como também muito mais além...” (PERROUX, 1968).

Como lembra Caraggio, todo esse contexto que envolve a concepção da dominação inevitável exercida em escala mundial em distintos níveis, muitas vezes com *“autonomia relativa”* ou como *“meros intermediários”*, vão se completar principalmente, em termos econômicos, com os conceitos de polo e de economia em geral. Embora Perroux introduza em seus primeiros trabalhos uma concepção espacializada de polo, é necessário, segundo sua própria sugestão, deslocalizar a análise para apreender seu significado: *“Antes de tudo o polo de desenvolvimento é um gerador de atividade econômica e seu interesse reside na sua capacidade de multiplicação...”* *“aqui se torna presente a importância da estrutura de dominação como base para a teoria dos polos; a relação dominante-dominado está paralela à relação indutor-induzido”* (PERROUX, 1959).

E mais, como desdobramento desse princípio ideologicamente comprometido com o modo de pensar capitalista, verifica-se que em *“Perroux está implícito e explícito (sua suposição com relação à economia capitalista que ele, eufemisticamente, chama de descentralizada) o evidente papel que desempenham aqueles elementos do sistema econômico (empresas, indústrias) que se caracterizam por “exercer sobre outras unidades, ações que aumentam a dimensão destas últimas; que modificam suas estruturas; que mudam seus tipos de organização; e que suscitam ou favorecem progressos econômicos”*. Inovações e benefícios são os instrumentos principais desta indução. Assim o crescimento no sistema é *“induzido e assimetricamente propagado”*. *Este fato é “estrutural e amplamente independente de uma intenção deliberada de opressão ou exploração”*. (PERROUX, 1959).

Utilizando-se dos estudos de Kuznets, Perroux constrói seu conceito de indústria motriz, que ele caracteriza como sendo aquelas indústrias que apresentam durante um determinado período, taxas de crescimento superiores à média do produto industrial e nacional. E sobre essa tese ele afirma que “o crescimento não aparece em todas as partes ao mesmo tempo, ao contrário, manifesta-se em certos pontos ou polos de crescimento com intensidade variada e se propaga por diversos canais e com efeitos finais variados dentro do conjunto da economia”. (PERROUX, 1955). Além da implicação territorial da posição de Perroux, convém salientar a identificação que faz entre o conceito de polo e a realidade atual, expressa no conceito de indústria moderna, motriz, e por que não oligopólica, revelando a verdadeira face da sua concepção teórica.

Outra manifestação do modo capitalista de pensar presente nas obras de Perroux, pode ser percebida na vinculação que ele estabelece entre polos e nações: “Existe atualmente, e existiu em outros tempos sob forma diferentes, um conflito entre espaços econômicos das grandes unidades econômicas (indústria, empresas, polos) e os espaços organizados dos estados nacionais. Os primeiros não coincidem com os segundos e seu crescimento depende das importações e exportações dos centros de aprovisionamento, de mercados exteriores e do mercado nacional. As grandes unidades econômicas são instrumentos de prosperidade e armas do poderio do Estado Nacional. Disto resulta uma combinação frequente de forças privadas e públicas que são geradas dentro dessas grandes unidades, uma luta entre as grandes unidades capitalistas e “nacionais” em escala mundial, formas de imperialismo, algumas vezes privado, outras vezes político, que é exercido por nações economicamente “reais e ativas” em relação a nações economicamente “aparente e relativamente “passiva”. (PERROUX, 1955)

É a defesa da causalidade inevitável da exploração e do imperialismo na escala mundial como uma realidade inevitável que deve ser relativizada,

pois este é o caminho para o progresso e para o desenvolvimento. É evidente que estas colocações de Perroux tem que ser entendida no seu contexto temporal, embora, nada mude na essência do seu significado. A questão central é garantir todo território do globo para se constituir em espaço de produção e reprodução do capital.

É assim que PERROUX afirma categoricamente ser ilusório associar a localização do aparelho produtivo de um polo em determinado território com a idéia de nacionalidade: “Economicamente, um polo se encontra no espaço de quem o controla de forma efetiva, ... porque mediante seu comportamento (a compra, a venda, o empréstimo) regula efetivamente o crescimento, a estrutura, o tipo de organização, os progressos destes polos”... “a economia nacional não aparece mais como um lugar de fatores móveis ... não aparece se quer como um grupo de orientados e comandados pelo Estado, mas como *uma constelação de polos de desenvolvimento com indústrias e empresas filiadas no interior ou no exterior do território nacional*”. (PERROUX, 1960)

Dessa forma, afirma CORAGGIO, “a visão da economia mundial, como sistema de nações se desintegra para dar lugar a um sistema de polos dominantes cujos espaços se superpõem e se entrelaçam entre si e com os espaços territoriais. A partir daí PERROUX propõe sua visão “realista”: *abandonar as estratégias dos “nacionalismo impossíveis” pela idéia da “economia generalizada*”. (CORAGGIO, 1972:33). Essa estratégia das teses de PERROUX, revelam nada mais nada menos, que a tese central da economia capitalista monopolista: a internacionalização total das economias nacionais.

Estas colocações de PERROUX tem que ser contextualizadas pois na época de suas formulações o grande debate político na França era a descolonização. Assim preparava-se um arsenal ideológico para garantir a dominação econômica sobre as ex-colônias francesas. E esta posição fica mais evi-

denciada se tomarmos as próprias colocações de PERROUX: "...os nacionalismo jovens aparecem em uma época em que as nações, mais do que antes, são desintegradas pela ação de seus (sic) polos industriais"... "Assim, as melhores oportunidades, para a África do Norte, vem de muito longe e devem deslocalizá-las... As melhores especializações não se pode conhecer... senão obtendo... uma maior quantidade entre as melhores classes de inversões totais disponíveis em escala mundial..." É em vão, tratar de buscar o equilíbrio das balanças etxeriores por territórios... Convém, desde agora, somar a esta contabilidade uma contabilidade relativa aos polos ou conjunto funcionais... A apresentação de uma contabilidade por conjunto funcionais e dos prazos (sic) de crescimento dos conjuntos por criar, *daria às elites capazes de raciocinar, sem ceder às reações emocionais, a medida econômica da realidade de suas nações*". (PERROUX, 1960)

A questão da internacionalização das economias nacionais fica mais uma vez, evidenciada nas colocações de PERROUX. Entretanto convém salientar que PERROUX descreve os fenômenos que a teoria econômica neo-clássica geralmente oculta, embora seja a corrente do pensamento econômico dominante em nosso país. Mas este aparente "realismo" serve de cortina de fumaça para que seja introduzido elementos ideológicos quando faz dos mesmos uma configuração específica do sistema mundial, transformando-o assim, em um modelo a-histórico, universal e inevitável, e em todos os casos melhorados através da boa vontade das partes dominantes para se chegar à "economia generalizada". (CORAGGIO, 1972:34). Ou como prefere o próprio PERROUX: "A desigualdade entre as estruturas econômicas é resistente: proporciona um argumento poderoso contra as revoluções aparentes, contra as rebeliões efemeras, e em favor de políticas acertadas previamente. A este último domínio pertencem as políticas de integração entre si dos países pouco desenvolvidos com os países desenvolvidos aos quais estão ligados economicamente"...

"se a política de integração não é desejada pelo país-foco, existe todas as possibilidades de tropeçar nos obstáculos que sucita abertamente ou não"... "Se a integração é desejada pelo país-foco, é ele quem dirige a experiência favorecendo mediante o tráfico entre governo e a cessão de crédito a longo prazo a um país determinado, ou, em conjunto, a um determinado polo de desenvolvimento, cuja prosperidade repercute imediatamente sobre o país que o contém e em seguida sobre os outros" (PERROUX, 1960). Assim PERROUX prega através de sua teoria o modo capitalista de pensar, pois não deseja em hipótese alguma uma alternativa que não seja aquela que proponha uma integração "inteligente" ao sistema de dominação capitalista mundial.

A questão fundamental para PERROUX, portanto, passa ser o processo de convencimento das "elites intelectuais dos países subdesenvolvidos, dominados, de que a única alternativa, a única via para o desenvolvimento é aquela que leva a sua maior inserção no modo capitalista de produção internacional. Ou por outras palavras, o processo de desenvolvimento se dará pelo aumento da dominação, já que a alternativa para o desenvolvimento implica num processo de aumento das relações de dominação entre os países dominados e os dominantes.

Essa maior inserção dos países dominados aos países dominantes se dá através da implantação nos primeiros, de uma indústria motriz (uma indústria dominante em escala mundial), juntamente, com a implantação de uma infraestrutura que facilite a articulação entre o território total e o polo, e, entre esse e a economia mundial.

Deflagado esse processo, para PERROUX, não se coloca mais a questão do colonialismo, pois este estará superado, para ele "... os setores modernos... não podem ser considerados corpos estranhos que crescem em função da exploração do meio circundante imediato. A necessidade de ordenar racionalmente o meio de propagação foi posta em evidência acidentalmente.

Tem-se que evitar, pois, que o investimento de capital se concentra em um enclave no meio da selva desarticulada dos países dominados. E isto, não está baseado em considerações puramente econômicas, mas sim basicamente em considerações políticas: ... a experiência... dissipa muitos erros habitualmente cometidos com respeito aos efeitos dos estímulos exercidos pelo setor moderno. Os países descolonizados tem tomado consciência da superproletarização que derivaram disso e das perdas sociais, mas igualmente econômicas que geram". (PERROUX, 1959).

É assim pois, que rejeitando velhos esquemas colonialista PERROUX, propõe o novo esquema: o neocolonialismo. Este por sua vez, relaciona a inserção do território dominado à "constelação de polos dominantes" com a necessária inserção interna, para poder evitar no futuro, o dualismo e a posterior ruptura com a inserção exterior. Porém estas relações não podem ser exclusivamente econômicas, mas sim, essencialmente políticas, pois aparece assim no rol das elites..." a aceitação da idéia de que o desenvolvimento recíproco entre dominantes e dominados implica... em que a nação piloto crie ela mesma, umas elites nos territórios de ultramar; é o que se chama... a busca de um interlocutor válido, necessariamente hostil em certo grau, *nas conjunções inevitáveis de início*, e cujos progressos pela competência e pelo poder real se convertem em *um emulo e em um associado...*" Elite e ordem (necessários para sustentar o acoplamento) vão unidos: o "desenvolvimento acumulativo, não pode iniciar-se e não será mantido se não se tornar pelo menos grosseiramente compatíveis entre si os projetos dos grupos sociais... *os projetos das elites autóctonas e locais que são as únicas que podem inventar os tempos sociais, os ritmos e os riscos sociologicamente toleráveis*". (PERROUX, 1950).

Aqui, a tese do modo capitalista de pensar se realiza na plenitude, pois sua função na proposta e na teoria da polarização fica evidenciada. A necessidade da veiculação da ideologia da dominação é

uma necessidade fundamental para que as relações entre dominante e dominado se faça sem entraves sociais. A questão que se coloca neste contexto é se a eficácia da difusão do corpo ideológico da teoria é suficiente para freiar as contradições reais da sociedade capitalista? Parece que não, pois o alto preço cobrado para inserção dos países dominados na "constelação dos países dominantes" desaba sobre os trabalhadores sob a forma de arrocho salarial, desemprego, etc. E a consciência adquirida por esses trabalhadores no processo está levando a uma posição contrária à aquelas propostas pelas elites, e a nosso ver aí reside, concretamente o fiasco da eficácia ideológica, que parece só surtir efeito para a pequena burguesia intelectualizada que tenta buscar a ascensão social através do monopólio do saber.

Outra questão presente nos trabalhos de PERROUX é que embora haja um economiscismo latente em muitos de seus escritos, ele vê as questões supraestruturais de forma clara, pois vê nelas, papel importante no processo de aceleração da integração entre os polos dominantes e dominados. Ou por outras palavras, a função da ideologia está assegurada no processo. É o próprio PERROUX quem afirma: "Evidentemente que os procedimentos técnicos não se transmitem separadamente. São as estruturas econômicas de produção e de troca, aquelas que se propagam rapidamente, e não são, praticamente separáveis das estruturas sociais e mentais. Na medida em que se criam pontos de desenvolvimento, provoca-se desequilíbrios em cadeia no setor tradicional... *um positivo*, através da elevação do nível de aspirações; *outro negativo*, pela ruptura das comunidades tradicionais, a tomada de consciência desordenada das desigualdade, o sentimento de frustração e de exploração. Estes desequilíbrios, para depurar-se uma parte de seus *efeitos maléficos*, e protegê-los no que se refere a sua virtude motriz, devem ser *conscientemente ordenados*. Neste ponto de vista, pode-se reinterpretar de forma útil a *educação de base*, por um lado, e a escolarização e o ensino, por outro. Valoriza-se também, o como uma ação inteligente favorece a

formação de zonas de progresso, quer dizer, de conjuntos humanos capazes de absorver, de coordenar e de interpretar os progressos técnicos e as estruturas ocidentais”, (PERROUX, 1959).

Tudo indica que a função da teoria da polarização no plano ideológico nada mais é do que instrumentalizar o modo capitalista de pensar. Instrumentalizar o modo de pensar para que a eficácia ideológica da escolha no modo capitalista de produção se processe articuladamente com a “progresso” capitalista do polo. Nesse sentido o próprio PERROUX deixa claro sua posição. Ele admite que este corpo doutrinário é um instrumento para a dominação: “O Estado, que cumpre uma função de adaptação, prepara continuamente um número considerável de regras de jogo social para o conjunto da nação...”.

“A divisão política administrada da região não pode ser considerada como neutra no que se refere ao equilíbrio entre os poderes locais, o poder central; e o equilíbrio entre os poderes industriais e privados e os poderes públicos em todos os níveis. Só a circunstância de que se raciocina em termos de regiões, de territórios... impede... que a opinião pública concentre sua atenção na grande empresa e seus poderes. Impede, assim mesmo, denunciar as participações, as uniões pessoais, as dependências comuns a respeito dos monopólios financeiros, dos grandes bancos comerciais que unem a grande empresa da região “A” com a empresa da região “B”. Por outra parte, a eficácia da mediação do poder central (Estado) está limitada pelas alianças e coalizões dos poderes econômicos locais e pela importância que representam as indústrias contidas numa região, para a política econômica dirigida pelo conjunto nacional... Como centro de aglomeração que produz efeitos regionais, a grande empresa será considerada como uma unidade de interesse geral, ainda que tacitamente, pelas empresas e pelos trabalhadores que dela dependem e também, pelos poderes públicos locais que defendem os interesses

dessas empresas e desses trabalhadores... A mediação política só é possível, se o poder político efetivo da população livremente representada, é superior ao poder industrial dos proprietários das grandes empresas”. (PERROUX, 1959)

O Estado para PERROUX é o mediador, ao mesmo tempo, em que se caracteriza como o modelador de uma política territorial que define os contornos da organização regional do país. É uma concepção de Estado nos moldes avançado do capitalismo. Um Estado interventor, mas que passa ao nível político, como sendo um Estado “neutro”, mediador dos interesses da população. O que sabemos é que o poder dos Estados, particularmente no 3º mundo, está ocupado pelos burgueses nacionais e seus tecnocratas, ou como ocorre na grande maioria, pelas forças armadas, a serviço do capital multinacional.

Assim, podemos verificar, ainda que de forma breve, as implicações da teoria da Polarização de PERROUX, que aparece entre nós, subdesenvolvidos, como um instrumento teórico “neutro” proposto por técnicos supostamente neutros que procuram alimentar a febre desenvolvimentista que marca o economicismo, através da variante do industrialismo, reinante na maioria dos países subdesenvolvidos. É o processo da formação da ideologia capitalista, do modo capitalista de pensar, conscutâneo, com a etapa monopolista do modo capitalista de produção. Para finalizar esta parte, cabe esclarecer que o objetivo dela foi demonstrar que a teoria da polarização como proposta para “superação” dos desequilíbrios regionais, é mais uma entre as muitas ideologias próprias do modo capitalista de pensar, e que longe de “superar” os desequilíbrios regionais ela acentua-os ainda mais. E que a utilização dela pelos geógrafos é a prova inconteste de que a Geografia produzida a partir daí, é extensão do modo capitalista de pensar, e dele, nada difere.

## BIBLIOGRAFIA

- Andrade, M.C. — 1970 — Espaço, polarização e desenvolvimento. Ed. Brasiliense, São Paulo
- Boudeville, J.R. — 1973 — Os espaços economicos Col. Saber atual (160), Difusão Européia do Livro, São Paulo
- Coraggio, J.L. — 1972 — Hacia una revision de la teoria de los polos de desarrollo. Vev. Latino Americana de Estudos Urbanos Regionales EURE, II (2): Santiago, Chile
- — 1972 — Algumas questões relacionadas com o estudo das desigualdades regionais na América Latina. Bol. Paulista de Geografia (56): Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo
- George, P.; Kayser, B.; Lacoste, Y. e Guglielmo, R. — 1966 — A Geografia Ativa. Difusão Européia do Livro, EDUSP, São Paulo
- Goldenstein, L. e Seabra, M.F.G. — 1982 — Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Revista do Departamento de Geografia FFLCH-USP, (1) São Paulo
- Lacoste, Y. — 1977 — A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra. Iniciativas Editoriais, Lisboa.
- Marini, R.M. — 1977 — Dialética de la dependencia. Série Popular ERA/22 — Ed. Era S.A. — México — 3ª ed.
- Martins, J.S. — 1978 — Sobre o modo capitalista de pensar Ed. Hucitec, São Paulo
- Oliveira, A.U. — 1978 — Contribuição à crítica da Geografia Agrária, a teoria de Von Thunen. Tese de doutoramento, edição do autor.
- Oliveira, F. — 1977 — Elegia para uma re(li)gião — Sudeste, Nordeste e conflito de classe. 2ª. ed., Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Oliveira, F. — 1977 — Economia de dependência imperfeita Ed. Graal, Rio de Janeiro
- Perroux, F. — 1948 — Esquisse d'une théorie de l'économie dominante. Economie Appliqués. Presses. Universitaires de France, Paris
- — 1955 — Note sur la notion de pôle de croissance Economie Appliquée. Pr. Univ. France, Paris
- — 1958 — Le capitalisme. P.U. France, Paris, 2ª ed.
- — 1959 — Pôles de développement et noyaux de progrès Sahiers de l'ISEA, Paris
- — 1960 — La coexistência pacífica. Fondo de Cultura Económica, Mexico e Buenos Aires
- — 1961 — Economia e sociedade: coação, troca, dominação. Ed. Duas Cidades, São Paulo
- — 1964 — A economia das nações jovens: industrialização e agrupamento de nações. Liv. Moraes Ed., Lisboa
- — 1964 — A economia dos século XX. Liv. Moraes Ed., Lisboa
- — 1968 — Les inversions multinationales et l'analyse des pôles de développement et les pôles d'integration. Economies e Societes, Paris
- — 1975 — A planificação e os polos de desenvolvimento. Ed. Rés, Porto
- Rattner, H. — 1978 — Planejamento urbano e regional. Ed. Nacional, 2ª. ed., São Paulo
- Rofman, A. — 1974 — Desigualdades regionales y concentracion economica. Ed. SIAP/PLANTEOS, Buenos Aires